

Fundamentos para compreender a Mobilização de Conhecimento nas Humanidades¹

Caroline Winter, com Britt Amell

Tradutores: Leonardo Colato e Franco Guglielmoni

A mobilização de conhecimento é um conceito amplo e complexo, com muitas definições sobrepostas e às vezes conflitantes², mas pode ser entendida como o processo de colocar o conhecimento em uso, dentro e através das fronteiras da academia e da comunidade em geral.³ Muitos termos são utilizados para se referir à mesma atividade essencial de circulação de pesquisa além da academia: nas ciências, costuma ser chamado de “tradução de conhecimento”, o que sugere um movimento unidirecional de conhecimento da academia para o público em termos que leigos possam compreender. Também é frequentemente chamado de “troca de conhecimento”, o que sugere uma partilha bidirecional e recíproca de conhecimento através da divisão entre academia e público. Os "intermediários do conhecimento" são agentes de ligação entre pesquisadores e usuários do conhecimento.⁴

Mobilização de conhecimento: uma visão geral

"Mobilização de conhecimento" é o termo mais comum nas ciências sociais e humanidades e sugere um envolvimento ativo e não hierárquico com o conhecimento: mobilizar uma coisa é colocá-la em movimento ou colocá-la em ação em busca de um objetivo. Este levantamento bibliográfico usa o termo "mobilização do conhecimento" porque ele é o mais utilizado em

¹ Algumas das anotações encontradas nesta bibliografia anotada foram extraídas de trabalhos relacionados do nosso grupo de pesquisa, publicados através da Open Scholarship Press, Wikibooks, PubPub, Iter Press, entre outros.

² “Compartilhamento de conhecimento” é um dos termos mais comuns utilizados em português para se referir a “knowledge mobilization”. No entanto, como o artigo original em inglês continha várias alusões à ideia de movimento e distinguia de forma minuciosa diferentes termos usados para se referir à mesma atividade, optamos por traduzir o termo como “mobilização de conhecimento”.

³ Para mais informações sobre terminologias relacionadas à mobilização de conhecimento, consulte (Colquhoun et al. 2014; Graham et al. 2006; McKibbin et al. 2010; Straus, Tetroe e Graham 2009). Para teorias sobre mobilização de conhecimento, consulte (Graham, Tetroe e Grupo de Pesquisa em Teorias de Tradução de Conhecimento 2007; Rushmer et al. 2019).

⁴ Para mais informações sobre intermediários de conhecimento e intermediação de conhecimento nas humanidades, veja (Arbuckle 2020), material anotado neste levantamento bibliográfico. Para discussões mais gerais, consulte (Auld, Doig e Bennett 2022; Caswill e Lyall 2013; Knight e Lyall 2013; Meyer, s.d.).

relação às humanidades e ciências sociais e porque captura a ideia de colocar o conhecimento em ação, refletindo a definição da Open Knowledge Foundation de "conhecimento aberto" como aqueles dados que são "úteis, utilizáveis e utilizados" (Open Knowledge Foundation, s.d.). Como essa conexão com "conhecimento aberto" aponta, a abertura é uma faceta fundamental da mobilização de conhecimento, uma vez que a pesquisa mantida dentro da comunidade fechada de periódicos por assinatura e bancos de dados que operam sob um modelo de acesso pago é limitada em seu alcance.

As complexidades envolvidas na mobilização de conhecimento são agravadas quando a consideramos no contexto das humanidades, uma vez que suas teorias, definições e melhores práticas foram amplamente desenvolvidas fora desse contexto, particularmente tendo em mente as ciências da saúde. Enquanto o percurso desde a pesquisa até a prática parece bastante claro nas ciências da saúde, aplicar as teorias e práticas de mobilização de conhecimento para mobilizar a pesquisa em humanidades é desafiador, em parte porque a natureza da pesquisa e do conhecimento em humanidades é fundamentalmente diferente daquela das ciências, e os caminhos entre pesquisa e prática são menos claros. O percurso desde a descoberta e teste de um medicamento até sua prescrição faz sentido, por exemplo, mas qual seria o caminho análogo a ser usado para a interpretação de um poema, ou um evento na história? Como esse tipo de conhecimento é aplicado, e com que objetivo?

Ainda mais desafiadores são os fatores culturais, incluindo a crença, compartilhada por alguns pesquisadores e membros da comunidade em geral, de que o conhecimento em humanidades não é útil no "mundo real" (veja Wickman 2016). Mesmo aqueles que sabem que esse conhecimento é de grande importância podem ter dificuldades em articular precisamente o porquê ou o como de uma maneira que seja convincente para instituições, agências de financiamento e aqueles que buscam cortar o financiamento dos programas de humanidades. A resistência generalizada dentro da comunidade de pesquisa em humanidades à instrumentalização e à mercantilização de seu trabalho representa outro desafio cultural, uma vez que as iniciativas para a mobilização de conhecimento podem ser percebidas como algo que enfraquece os esforços para defender o valor intrínseco do conhecimento das humanidades (veja Henville 2022).

Embora articular os motivos e as razões de mobilizar o conhecimento das humanidades seja desafiador, trata-se, sem dúvida, de um trabalho vital, especialmente dados os contextos

institucionais nos quais a pesquisa em humanidades é conduzida, que muitas vezes — para melhor ou pior — utilizam métricas de impacto da pesquisa como um indicador do valor da pesquisa (Federation for the Humanities and Social Sciences 2014, 10). Quantificar e usar métricas para demonstrar o valor das humanidades é um desafio particular, pois, como Joanne Provençal coloca em um estudo sobre pesquisa em ciências sociais e humanidades no Canadá, esse trabalho sofre de "um paradoxo de ubiquidade e invisibilidade: presente em toda parte, mas, para todos os efeitos, quase invisível" (Provençal 2009, v, tradução nossa). Ao discutir a necessidade de pesquisas confiáveis e de alta qualidade em todas as áreas para fundamentar políticas públicas, a Comissão Europeia destaca que comunicar achados de forma que os formuladores de políticas e outros stakeholders possam compreendê-las é essencial: "Se os formuladores de políticas não conseguirem compreender as implicações do seu trabalho, ele não terá impacto político algum, independentemente de seu mérito" (Comissão Europeia, Directorate-General for Research and Innovation 2010, 30; veja também British Academy 2008). Os elementos das humanidades — linguagem, ideias, arte, mídia, história, cultura — estão presentes em todos os aspectos do nosso cotidiano, e, por isso, sua presença e seu impacto em nossas vidas tendem a ser subestimados.

Uma maneira pela qual a pesquisa em humanidades difere das experiências vividas de seus objetos é que a pesquisa adota uma visão crítica: um pesquisador analisando um romance com distância crítica o experimenta de forma diferente e desenvolve uma compreensão diferente dele do que alguém que lê por prazer. Essa capacidade de adotar uma perspectiva crítica e de desenvolver uma compreensão e interpretação profundas, baseadas em evidências, que caracterizam a pesquisa em humanidades e o conhecimento que ela gera, é uma contribuição importante das humanidades para o próprio campo da mobilização de conhecimento, mesmo quando participam de atividades de mobilização. Como aponta Provençal:

A mobilização de conhecimento em pesquisa e produção acadêmica, em grande medida, começa e termina com perguntas sobre o que significa "mobilização de conhecimento" e como ela é alcançada, por quem, para quem e com qual objetivo. [...] No espectro entre o intermediário de conhecimento e o pesquisador baseado na comunidade, no entanto, existem inúmeras atividades e funções que envolvem a produção e a mobilização de conhecimento, de modo que os benefícios do conhecimento possam se estender cada vez mais. (Provençal 2011, 23)

De maneira semelhante, em seu estudo sobre a tradução de conhecimento em contextos indígenas, Bonnie J. Leadbeater, Elizabeth M. Banister e Anne E. Marshall enfatizam a necessidade de compreender e nomear o processo de colocar o conhecimento em ação como algo culturalmente matizado, argumentando que “a maneira como o que é conhecido se torna mais amplamente conhecido depende do contexto e é sensível ao contexto” (Leadbeater, Banister e Marshall 2011, tradução nossa; veja também Pedersen, Grønvad e Hvidtfeldt 2020). Isso também se relaciona com o argumento de Paul Benneworth de que, “ao ceder às exigências dos formuladores de políticas sob pressão por clareza e simplicidade, um senso de nuances, ambivalências e tensões foi perdido nesses debates públicos sobre o valor público da pesquisa em artes e humanidades” (Benneworth 2015, 5). Após rastrear a história da chamada, aparentemente perpétua crise nas artes e humanidades (veja Liu et al. 2022), Benneworth aponta que, “enquanto pesquisadores das ciências sociais e humanidades podem ser de utilidade diferente para a sociedade, seu comportamento e orientações não os tornam, a priori, menos úteis do que pesquisadores de ciência, tecnologia e medicina” (Benneworth 2015, 4–5). Em sua investigação sobre o uso de bibliometria para avaliar impacto nas humanidades, A. J. M. Linmans também destaca a ideia de diferença, ressaltando a necessidade de avaliações de impacto considerarem o ciclo de vida da pesquisa que estão avaliando e como ela difere entre disciplinas. Como ele observa, “O ritmo da ciência é mais rápido e mais compacto do que o das Humanidades, onde o conhecimento se desenvolve de forma mais lenta, em padrões espiralados e frequentemente erráticos. Isso confere à literatura das Humanidades um ciclo de vida mais longo” (Linmans 2010, 341). O que esses argumentos apontam é a necessidade de reconhecer a diferença na pesquisa e no conhecimento das humanidades, incluindo diferenças entre disciplinas, dentro de campos, entre projetos e entre indivíduos que produzem e utilizam o conhecimento.

Pensar sobre mobilização de conhecimento nas humanidades oferece uma oportunidade não apenas para criticar as infraestruturas institucionais e culturais que exigem a quantificação de impacto como um indicador de valor, mas também para considerar criticamente a natureza da pesquisa em humanidades, o conhecimento que ela gera e seu percurso pelo mundo. De fato, a Federação propõe uma definição de impacto da pesquisa que exige transparência, embora não a exija explicitamente:

O impacto da pesquisa refere-se à influência que a pesquisa acadêmica e criativa tem na sociedade em geral, tanto de forma intencional quanto não intencional, imediata quanto prolongada. Inclui a influência que tal pesquisa tem sobre futuros pesquisadores dentro da área, bem como em outras áreas e nas políticas públicas, qualidade de vida, coesão social, inovação empresarial, meio ambiente, práticas artísticas e criativas, atividade comercial e econômica, desenvolvimento administrativo e institucional e compreensão política e cultural.

[...]

Em outras palavras, qualquer definição de impacto da pesquisa deve considerar tanto a influência da pesquisa no longo prazo quanto as visões contraditórias ou inconsistentes de usuários e avaliadores. No entanto, pode-se definir como tendo impacto a pesquisa que gera novo conhecimento tanto dentro quanto fora das universidades, que pode aprimorar pesquisas subsequentes, bem como aquela que influencia decisões (independentemente de seus resultados) que moldam a vida das pessoas, as comunidades, a governança, o meio ambiente, entre outros aspectos (Federation for the Humanities and Social Sciences 2014, 7–9, tradução nossa).

Ao aplicar a visão ampla da Federação sobre o impacto, um poema pode não ser prescrito para tratar uma doença, mas um poema específico pode ser uma recitação essencial em casamentos ou cerimônias fúnebres, ou ser invocado em momentos de crise nacional — em outras palavras, qual é sua função? Como observam Brian Wixted e Catherine Beaudry, “Sem saber como o conhecimento é usado na sociedade, é difícil melhorar as práticas que estão por trás de sua tradução da academia para a comunidade em geral” (Wixted e Beaudry 2012, 4, tradução nossa). Ou seja, para mobilizar efetivamente o conhecimento das humanidades, precisamos entender o que ele é e como ele se move pelo mundo.

Esta bibliografia, um resumo

Este levantamento bibliográfico está organizado em três seções principais. Cada seção apresenta uma lista selecionada de materiais e anotações relacionadas à mobilização do conhecimento nas humanidades. O processo de seleção para os materiais incluídos neste levantamento consistiu das seguintes etapas iterativas: (1) revisão cuidadosa de bibliografias existentes sobre materiais potencialmente relevantes; (2) pesquisa adicional de materiais por meio de diversos termos de

busca (por exemplo, “mobilização do conhecimento” e “humanidades”, assim como outros termos relacionados, como “tradução de conhecimento”, “impacto de pesquisa”, “ciências sociais”, “bibliotecas” e “humanidades públicas”) e; (3) coleta e revisão minuciosa dos materiais. Durante essa fase da revisão, materiais focados em mobilização de conhecimento nas humanidades foram, em geral, priorizados em relação aos que focavam exclusivamente em mobilização de conhecimento nas ciências sociais, bem como materiais que apresentavam estudos de caso de mobilização de conhecimento nas humanidades em prática.

Um objetivo importante deste levantamento bibliográfico é apoiar os esforços daqueles envolvidos nas humanidades, para que se desenvolvam entendimentos específicos e compartilhados sobre a teoria e aplicação da mobilização de conhecimento na área. Definições amplas de mobilização de conhecimento são frequentemente encontradas em processos de avaliação e concessão de financiamento, juntamente com outros critérios. Infelizmente, pesquisadores das humanidades recorrentemente precisam descobrir por conta própria o que a mobilização de conhecimento é ou pode ser, bem como de que maneira ela se manifesta em diferentes contextos e projetos — conforme evidenciado no seguinte comentário formulado por um pesquisador “inglês anônimo” (citado em Henville 2022):

Estudo poesia; minha pesquisa não é prática, acionável ou quantificável. Em cada candidatura ao SSHRC [Social Sciences and Humanities Research Council], faço um plano para “mobilização de conhecimento”, mas a verdade é que não tenho interesse em começar um podcast, e não acho que exista um público para os poetas que estudo. Como as pessoas que não atuam nas humanidades orientadas à utilidade pesquisam e escrevem sobre mobilização de conhecimento? Ou o SSHRC simplesmente não é mais para nós?

Os materiais reunidos aqui demonstram diversas compreensões do que pode significar colocar o conhecimento das humanidades em ação. Eles nos convidam a pensar além da monografia, ensaio ou artigo — e, sim, alguns deles utilizam podcasts como alternativas a essas produções acadêmicas tradicionais. No entanto, os materiais neste levantamento também nos convidam a refletir de forma mais ampla sobre como o conhecimento é produzido e com quem, bem como as inúmeras maneiras pelas quais esse conhecimento tem valor dentro e fora do mundo acadêmico.

Para ilustrar isso, os materiais encontrados na seção de abertura desta bibliografia (“Definições e Fundamentos da Mobilização de Conhecimento nas Humanidades”) oferecem uma variedade de

entendimentos sobrepostos e complementares sobre mobilização de conhecimento que podem ser utilizados para desenvolver e ampliar ainda mais definições sobre o assunto. Conectando-se às atuais pautas e anseios sobre o futuro (ou futuros) das humanidades, da comunicação acadêmica e da universidade de forma mais ampla, esta seção leva os leitores a considerarem não apenas os pontos de sobreposição dos princípios de mobilização de conhecimento com a pesquisa científica aberta, social, pública, digital e engajada, mas também a considerarem esses pontos de sobreposição como caminhos em potencial. Em vez de uma resposta única, uma pluralidade de respostas — juntamente com uma pluralidade de futuros em formação — são oferecidos. Por fim, questões sobre o valor da mobilização de conhecimento, bem como seu papel no desenvolvimento de políticas, na mudança social e na inovação, também são abordadas nesta seção, assim como questões sobre como (ou se) o impacto da pesquisa em humanidades pode ser medido e avaliado usando métodos tradicionais e/ou criativos.

A maior parte da bibliografia encontra-se na seção do meio, "Mobilização de Conhecimento nas Humanidades em Prática". Essa seção, que consiste em oito subseções, aprofunda-se no processo de colocar o conhecimento das humanidades em prática. Por exemplo, materiais na subseção "Pesquisa Envolvendo a Comunidade" desafiam crenças convencionais sobre autoridade acadêmica e transmissão unilateral de conhecimento. Em "Antiviolência e Comunidades Marginalizadas: Criação de Conhecimento, Mobilização Comunitária e Justiça Social através de uma Abordagem de Arquivamento Participativo", Danielle Allard e Shawna Ferris (2015) investigam métodos para facilitar formas de envolvimento com arquivos digitais conduzidas e lideradas pela comunidade. No cerne deste trabalho, argumentam Allard e Ferris (2015), estão pelo menos dois compromissos. O primeiro é um compromisso de ancorar os processos arquivísticos decoloniais em epistemologias, ontologias e visões comunitárias de justiça social. O segundo compromisso é uma extensão do primeiro, por meio do qual essas epistemologias, ontologias e visões de justiça social são codificadas na estrutura organizacional de um arquivo. Eles observam:

Os arquivos tradicionais não conseguiram incluir formas de patrimônio cultural indígena significativas para os povos indígenas. De fato, os processos de identificação do patrimônio cultural relevante e sua incorporação em “registros de arquivo” são altamente políticos e geralmente excluem as populações indígenas,

mesmo quando os registros em questão foram produzidos por e/ou são sobre povos indígenas. (Allard e Ferris 2018, p. 368)

Em um contraste aparentemente marcante, Elizabeth Hoult (2018) lida com considerações sobre quando não produzir conhecimento colaborativamente. “Pesquisas realmente coproduzidas são sustentadas pelo compromisso de construir perguntas de pesquisa à medida que elas surgem em torno das preocupações da comunidade”, escreve Hoult (2018), mas “até que ponto é possível aderir aos princípios de uma abordagem de desenvolvimento comunitário para pesquisa coproduzida, quando a comunidade envolvida reside em uma prisão?” (p. 135, tradução nossa). No caso de Hoult, o acesso a membros da comunidade durante a fase de desenvolvimento da pesquisa foi significativamente dificultado por medidas de segurança destinadas a proteger os detentos de pesquisas acadêmicas exploratórias. Como resultado, pouco ou nenhum relacionamento pôde ser construído antes de se obter aprovação, o que parecia “negar, desde o início, qualquer possibilidade de coproduzir pesquisa com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da comunidade” (Hoult 2018, p. 137, tradução nossa). Apesar disso, Hoult conclui que, embora a realização de pesquisas verdadeiramente coproduzidas em ambientes carcerários possa enfrentar uma série de obstáculos, no final das contas ainda é possível — particularmente se for adotada uma abordagem incremental e iterativa.

A segunda subseção, "GLAM (Galerias, Bibliotecas, Arquivos e Museus⁵) e Patrimônio Cultural", retoma esses temas. Ela começa com o artigo de Jon Bath e Michael Peterson sobre o projeto "Shared Spaces", que tinha como objetivo responder às necessidades de organizações de arte de Saskatchewan por formas mediadas digitalmente de envolver artistas e públicos situados em toda a província canadense. Os autores compartilham como a proposta inicial do projeto equilibrava cuidadosamente detalhes com uma vagueza intencional, a fim de para facilitar e preservar o espaço flexível necessário para envolver, desde o início do projeto, membros de uma comunidade artística diversificada. O artigo acompanha a trajetória do projeto, desde a fase de desenvolvimento — descrevendo, por exemplo, as medidas tomadas pela equipe do projeto para garantir o envolvimento das comunidades, inclusive daquelas localizadas em áreas remotas —, passando pela fase de prototipagem (uma feira de prototipagem) até a fase de testes e feedback da comunidade.

⁵ O acrônimo se refere a *Galleries, Libraries, Archives, and Museums*, em inglês.

Alguns materiais nessa subseção também consideram o papel que as bibliotecas desempenham nos processos de mobilização de conhecimento. Por exemplo, Nancy Van House (2003) lembra aos leitores que as bibliotecas apoiam e promovem de forma abrangente a criação de conhecimento. Expandindo um pouco mais, as autoras Sara de Jong e Saskia Wieringa (2014) desafiam de forma semelhante as visões tradicionalmente sustentadas sobre bibliotecas e arquivos como depósitos passivos, afirmando, em vez disso, que esses espaços podem ser entendidos como criadores e intermediários de conhecimento por direito próprio (p. 24). Partindo de uma abordagem um pouco diferente, Emma Wilson e Mary Alexander (2016) argumentam a importância de imaginar os metadados como mais do que unidades de informação que sustentam o sucesso de projetos de humanidades digitais (por exemplo, tornando esses projetos fáceis de encontrar, navegar e utilizar). Embora as autoras ainda defendam a importância de metadados de alta qualidade, elas também os posicionam como uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades de divulgação. Compartilhando exemplos das iniciativas realizadas por bibliotecários e equipe do Alabama Digital Humanities Center (ADHC), Wilson e Alexander constroem em sua conclusão o argumento de que o conhecimento conceitual e aplicado sobre metadados pode ser mobilizado de forma significativa por meio de uma variedade de atividades, como sessões de consultoria e treinamento, outras reuniões de projeto e o ensino ou coensino de disciplinas em diferentes áreas.

As próximas duas subseções, "Parcerias com a Indústria" e "Engajamentos com Novas Mídias", examinam diferentes ferramentas e técnicas para interagir com parceiros e públicos em diferentes setores e plataformas. Por exemplo, Amanda Cote e colegas (2022) compartilham alguns dos desafios que enfrentaram ao realizarem pesquisas com a indústria de videogames e sobre ela. Eles observam que diferenças de expertise influenciam a necessidade de distintas formas de comunicação, como no caso do trabalho com desenvolvedores que possuem alta qualificação técnica para a produção, mas que podem demonstrar menor interesse em se engajar em processos críticos. Relacionado a isso, Cote et al. destacam o valor de publicar em meios não tradicionais que os desenvolvedores provavelmente leriam (como a Twitch, embora o GitHub também possa ser uma opção).

Em outro contexto, Kim Martin, Beth Compton e Ryan Hunt (2017) detalham o uso de um meio não convencional para a mobilização de conhecimento — um grande ônibus azul, denominado

"DH Makerbus" — para, de forma bastante literal, levar um espaço *maker*, tecnologias *maker* e conhecimentos associados à cultura *maker* a públicos mais amplos. Ao mesmo tempo, eles lidam com questões mais profundas que provavelmente ressoam com estudiosos das humanidades e de outras áreas, como aquelas que tocam o cerne do que significa ser e fazer trabalho acadêmico, enquanto priorizam trabalhos que têm significado e geram benefícios para comunidades locais. Martin et al. (2017) também desafiam a própria noção de mobilização de conhecimento, sugerindo que, embora na teoria ela seja frequentemente usada como um termo para descrever trocas de conhecimento recíprocas, na prática a mobilização de conhecimento é principalmente unilateral (Martin et al. 2017). Além disso, os autores sugerem que iniciativas de mobilização de conhecimento frequentemente sustentam, ao invés de desafiar, hierarquias tradicionais de produção de conhecimento (onde acadêmicos produzem conhecimento e membros da comunidade/público recebem ou consomem informações).

As atividades, ferramentas e plataformas relacionadas à mobilização de conhecimento são enfatizadas na segunda metade da seção "Mobilização de Conhecimento nas Humanidades em Prática". Materiais na subseção "Pedagogia", por exemplo, consideram o potencial de abordagens pedagógicas para fundamentar pesquisas com envolvimento da comunidade e a mobilização de conhecimento (por exemplo, Effinger 2022), bem como os aspectos procedimentais, técnicos e infraestruturais envolvidos nos esforços para aumentar a diversidade e o senso de inclusão entre estudantes nas humanidades (por exemplo, Rogers 2020; Sichani et al. 2019). A Wikipedia, *crowdsourcing* e outros métodos de facilitar a colaboração online são considerados na subseção "Conhecimento Social". Por último, novas (ou mais recentes) oportunidades para ampliar o alcance, o envolvimento e a troca de conhecimento proporcionadas por tecnologias e plataformas digitais modernas, como Reddit, TikTok, Spotify e X (Twitter), são consideradas nas subseções "Podcasting" e "Mídias Sociais".

A bibliografia termina com uma consideração adicional sobre "Guias, Ferramentas e Materiais de Mobilização de Conhecimento". Essa seção inclui uma seleção de materiais anotados relacionados à comunicação de pesquisa, planejamento de impacto e gestão de dados nas humanidades. Também inclui uma lista não anotada de materiais relacionados à mobilização de conhecimento de forma mais geral.

Em diversas áreas, bem como na sociedade de forma geral, há um reconhecimento crescente de que problemas complexos (que são numerosos) exigem soluções complexas. Assim, abordagens interdisciplinares e intersetoriais para a pesquisa e o engajamento com o conhecimento são urgentemente necessárias se quisermos enfrentar os desafios, problemas e crises cada vez mais frequentes que se apresentam em nível local e global (Federation for the Humanities and Social Sciences 2014, veja também Liu et al. 2022). As humanidades têm um papel essencial a desempenhar no desenvolvimento e no suporte a uma compreensão complexa desses problemas, bem como de suas soluções. Espera-se que os conteúdos compartilhados nesta bibliografia ofereçam aos leitores uma base sólida para se envolverem e aprofundarem com mais confiança nessas e em outras discussões.

Como escreve Judith Butler (2022), “o público, o bem público, a vida e a futuridade dependem das humanidades”, e “sem as humanidades, não só o próprio futuro é sombrio [...], mas não temos como descrever, entender ou combater essa escuridão” (p. 45). A tarefa difícil, no entanto, é conscientizar os outros dessa dependência. Em outras palavras, talvez este seja um dos melhores e piores momentos para ser humanista; de qualquer forma, uma oportunidade.

Referências

- Allard, Danielle, and Shawna Ferris. 2015. "Antiviolence and Marginalized Communities: Knowledge Creation, Community Mobilization, and Social Justice through a Participatory Archiving Approach." *Library Trends* 64 (2): 360–83. <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0043>.
- Arbuckle, Alyssa. 2020. "How Can We Broaden and Diversify Humanities Knowledge Translation?" *Pop! Public. Open. Participatory* 02 (October). <https://doi.org/10.54590/pop.2020.012>.
- Auld, Megan, Emmah Doig, and Sally Bennett. 2022. "Knowledge Brokerage: The Musical: An Analogy for Explaining the Role of Knowledge Brokers in a University Setting." *Evidence & Policy* 1 (aop): 1–16. <https://doi.org/10.1332/174426421X16397424861558>.
- Bath, Jon, and Michael Peterson. 2020. "Building with the Community: Developing Digital Tools for Engaging with the Arts in Saskatchewan." *Pop! Public. Open. Participatory* 02 (October). <https://doi.org/10.54590/pop.2020.008>.
- Benneworth, Paul. 2015. "Putting Impact into Context: The Janus Face of the Public Value of Arts and Humanities Research." *Arts and Humanities in Higher Education* 14 (1): 3–8. <https://doi.org/10.1177/1474022214533893>.
- British Academy. 2008. "Punching Our Weight: The Humanities and Social Sciences in Public Policy Making." The British Academy. https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/3715/Punching_Our_Weight_report_2008_3.pdf.
- Butler, Judith. 2022. "The Public Futures of the Humanities." *Daedalus* 151 (3): 40–53. https://doi.org/10.1162/daed_a_01927.
- Caswill, Chris, and Catherine Lyall. 2013. "Knowledge Brokers, Entrepreneurs and Markets." *Evidence & Policy* 9 (3): 353–69. <https://doi.org/10.1332/174426413X662671>.
- Colquhoun, Heather, Jennifer Leeman, Susan Michie, Cynthia Lokker, Peter Bragge, Susanne Hempel, K. Ann McKibbin, et al. 2014. "Towards a Common Terminology: A Simplified Framework of Interventions to Promote and Integrate Evidence into Health Practices, Systems, and Policies." *Implementation Science* 9 (1): 781. <https://doi.org/10.1186/1748-5908-9-51>.

Cote, Amanda, Kishonna Gray, Christopher Paul, Kelly Bergstrom, Alison Harvey, Christine Tran, and Akil Fletcher. 2022. 'Studying and Speaking to Industries: A Game Studies Roundtable'. *Console-Ing Passions* 2022, June.

<https://stars.library.ucf.edu/cp2022/program/indigo/7>.

De Jong, Sara, and Saskia Wieringa. 2014. "The Library as Knowledge Broker." In *Teaching Gender with Libraries and Archives*, edited by Sara De Jong, 11–30. *Central European University Press*. <https://doi.org/10.1515/9786155225970-005>.

Effinger, Elizabeth. 2022. "Embracing the 'Workshop of Filthy Creation': Frankenstein, Failure, and the Public Humanities." *Pedagogy* 22 (2): 229–52. <https://doi.org/10.1215/15314200-9576415>.

European Commission, Directorate-General for Research and Innovation. 2010. *Communicating Research for Evidence-Based Policymaking: A Practical Guide for Researchers in Socio-Economic Sciences and Humanities*. European Commission.

<https://data.europa.eu/doi/10.2777/9276>.

Federation for the Humanities and Social Sciences. 2014. "The Impacts of Humanities and Social Science Research." Working paper. Federation for the Humanities and Social Sciences. Canada. <https://apo.org.au/node/173001>.

Graham, Ian D., Jacqueline Tetroe, and KT Theories Research Group. 2007. "Some Theoretical Underpinnings of Knowledge Translation." *Academic Emergency Medicine: Official Journal of the Society for Academic Emergency Medicine* 14 (11): 936–41.

<https://doi.org/10.1197/j.aem.2007.07.004>.

Graham, Ian D., Jo Logan, Margaret B. Harrison, Sharon E. Straus, Jacqueline Tetroe, Wenda Caswell, and Nicole Robinson. 2006. "Lost in Knowledge Translation: Time for a Map?" *The Journal of Continuing Education in the Health Professions* 26 (1): 13–24.

<https://doi.org/10.1002/chp.47>.

Henville, Letitia. 2022. "Against Utility and Instrumentalization: Knowledge Mobilization for the Humanities." *University Affairs* (blog). February 24, 2022. <https://universityaffairs.ca/career->

[advice/ask-dr-editor/against-utility-and-instrumentalization-knowledge-mobilization-for-the-humanities/](#).

Hoult, Elizabeth. 2019. “On Not Doing Co-Produced Research: The Methodological Possibilities and Limitations of Co-Producing Research with Participants in a Prison.” In *Co-Producing Research: A Community Development Approach*, edited by Sarah Banks, Angie Hart, Kate Pahl, and Paul Ward, 1st ed., 135–52. Policy Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv80cccs>.

Knight, Christine, and Catherine Lyall. 2013. “Knowledge Brokers: The Role of Intermediaries in Producing Research Impact.” *Evidence & Policy* 9 (3): 309–16. <https://doi.org/10.1332/174426413X671941>.

Leadbeater, Bonnie J., Elizabeth M. Banister, and E. Anne Marshall. 2011. “How-What-We-Know-Becomes-More-Widely-Known Is Context Dependent and Culturally Sensitive.” In *Knowledge Translation in Context*, edited by Elizabeth M. Banister, Bonnie J. Leadbeater, and E. Anne Marshall, 3–12. Indigenous, Policy, and Community Settings. Toronto: University of Toronto Press. <https://www.jstor.org/stable/10.3138/9781442689961.5>.

Linmans, A. J. M. 2010. “Why with Bibliometrics the Humanities Does Not Need to Be the Weakest Link.” *Scientometrics* 83 (2): 337–54. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0088-9>.

Liu, Alan, Abigail Droge, Scott Kleinman, Lindsay Thomas, Dan C. Baciú, and Jeremy Douglass. 2022. “What Everyone Says: Public Perceptions of the Humanities in the Media.” *Daedalus*. <https://www.amacad.org/publication/what-everyone-says-public-perceptions-humanities-media>.

Martin, Kim, Beth Compton, and Ryan Hunt. 2017. “Disrupting Dichotomies: Mobilizing Digital Humanities with the MakerBus.” In *Making Things and Drawing Boundaries: Experiments in the Digital Humanities*, edited by Jentery Sayers, 251–56. University of Minnesota Press. <https://doi.org/10.5749/j.ctt1pwt6wq.32>.

McKibbin, K Ann, Cynthia Lokker, Nancy L Wilczynski, Donna Ciliska, Maureen Dobbins, David A Davis, R Brian Haynes, and Sharon E Straus. 2010. “A Cross-Sectional Study of the Number and Frequency of Terms Used to Refer to Knowledge Translation in a Body of Health

Literature in 2006: A Tower of Babel?" *Implementation Science* 5 (1): 16.

<https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-16>.

Meyer, Morgan. n.d. "The Rise of the Knowledge Broker." *Science Communication* 32 (1): 118–27. <https://doi.org/10.1177/1075547009359797>.

Open Knowledge Foundation. n.d. "What Is Open?" Open Knowledge. Accessed October 12, 2023. <https://okfn.org>.

Pedersen, David Budtz, Jonas Følsgaard Grønvad, and Rolf Hvidtfeldt. 2020. "Methods for Mapping the Impact of Social Sciences and Humanities—A Literature Review." *Research Evaluation* 29 (1): 4–21. <https://doi.org/10.1093/reseval/rvz033>.

Provençal, Johanne. 2009. "Knowledge Mobilization of Social Sciences and Humanities Research: Moving Beyond a 'Zero-Sum Language Game'." Burnaby, BC: Simon Fraser U.

Provençal, Johanne. 2011. "Social Sciences and Humanities Research and the Public Good: A Synthesis of Presentations and Discussions." *Scholarly and Research Communication* 2 (2). <https://doi.org/10.22230/src.2011v2n2a32>.

Rogers, Katina. 2020. *Putting the Humanities PhD to Work: Theory, Practice, and Models for Thriving Beyond the Classroom*. Durham, NC: Duke University Press. <https://www.dukeupress.edu/putting-the-humanities-phd-to-work>

Rushmer, Rosemary, Vicky Ward, Tim Nguyen, and Tanja Kuchenmüller. 2019. "Knowledge Translation: Key Concepts, Terms and Activities." In *Population Health Monitoring: Climbing the Information Pyramid*, edited by Marieke Verschuuren and Hans van Oers, 127–50. Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-76562-4_7.

Sichani, Anna-Maria, James Baker, Maria José Afanador Llach, and Brandon Walsh. 2019. "Diversity and Inclusion in Digital Scholarship and Pedagogy: The Case of *The Programming Historian*." *Insights* 32 (1): 16. <https://doi.org/10.1629/uksg.465>.

Straus, Sharon E., Jacqueline Tetroe, and Ian Graham. 2009. "Defining Knowledge Translation." *CMAJ* 181 (3–4): 165–68. <https://doi.org/10.1503/cmaj.081229>.

Van House, Nancy. 2003. ““Digital Libraries and Collaborative Knowledge Construction.”” In *Digital Library Use: Social Practice in Design and Evaluation*, edited by A. P. Bishop, B. Battenfield, and Nancy Van House, 271–96. Cambridge, MA: MIT Press

Wickman, Matthew. 2016. “What Are the Public Humanities? No, Really, What Are They?” *University of Toronto Quarterly* 85 (4): 6–11. <https://doi.org/10.3138/utq.85.4.6>.

Wilson, Emma Annette, and Mary Alexander. 2016. “When Metadata Becomes Outreach: Indexing, Describing, and Encoding for DH.” *Dh+lib*, July. <https://acrl.ala.org/dh/2016/07/29/when-metadata-becomes-outreach/>.

Wixted, Brian, and Catherine Beaudry. 2012. ““Capturing the Impacts’ of Research: A Discussion Paper Emerging from the Social Sciences and Humanities Research Council’s ‘Capturing Impacts’ Initiative.” Social Sciences and Humanities Research Council. https://publications.gc.ca/collections/collection_2013/crsh-sshr/CR22-46-2012-eng.pdf.